

A LÍNGUA OUTRA: UMA BREVE ANÁLISE LINGUÍSTICA PERMEADA PELOS ESTUDOS LITERÁRIOS

Renata Moraes Machado de Sa

(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO)

“As armas e os barões assinalados, / Que, da ocidental praia lusitana, / Por mares nunca de antes navegados, / Passaram ainda além da Taprobana, / Em perigos e guerras esforçados / Mais do que prometia a força humana, / E entre gente remota edificaram / Novo reino, que tanto sublimaram”
(Luís de Camões, *Os Lusíadas*)

RESUMO: Este ensaio tomou forma a partir do encontro entre a autora e uma edição comentada de *Os Lusíadas* (1572), de Luís de Camões, publicada pela Biblioteca do Exército Editora em 1980, durante a ditadura militar no Brasil, e tem como objetivo explorar trechos e comentários tecidos pelos editores, de maneira a traçar um paralelo entre os estudos de língua portuguesa e literatura, e de que modo os dois conceitos estão interligados. De maneira breve, pretende-se investigar o papel do texto literário como ferramenta político-linguística, pensando nas relações entre Portugal, Brasil, e os demais países lusófonos, através, principalmente, dos pensamentos de Jacques Derrida em *O monolinguismo do Outro ou a prótese de origem* (2016 [1996]), texto em que questiona os conceitos de língua materna no contexto pós-colonial.

Palavras-chave: Língua; Literatura; Os Lusíadas.

A epígrafe acima dá início não apenas a este ensaio, mas é também a estrofe inicial do canto primeiro do poema épico de maior relevância para a Língua Portuguesa em toda a história. Em *Os Lusíadas* (1980 [1572]), Luís de Camões narra a jornada heroica do português Vasco da Gama e sua tripulação à Índia, no final do século XV, mesclando entidades da mitologia grega a episódios da história de Portugal para formar uma epopeia de exaltação à pátria lusitana, formada por dez cantos, 1.102 estrofes e 8.816 versos em oitavas decassilábicas.

O que se destaca na obra, no entanto, não é apenas o enredo heroico, ou o formato complexo do poema; adicionalmente a isso, *Os Lusíadas* foi considerada a obra que fundou a Língua Portuguesa e a levou a um patamar de língua de cultura que, até então, em Portugal, só era ocupado pelo Latim e pelo Castelhano. Camões, dessa forma, escreveu um texto que se equiparava à *Odisseia* de Homero e à *Eneida* de Virgílio, e o escreveu em Português, abrindo, então, caminho para que uma gama de clássicos fossem escritos também em Português, constituindo-se enquanto autor em Língua Portuguesa tal como Shakespeare foi para o Inglês e Dante¹ para o Italiano.

¹ *De vulgari eloquentia* (traduzido livremente para o português, *Sobre a eloquência vernácula*) é o título de um ensaio de Dante Alighieri, escrito em latim, [...] evidência interna aponta para uma data entre 1302 e 1305 [séculos antes de Camões e Shakespeare]. O primeiro livro lida com a relação entre o latim e o vernáculo, e a busca por um vernáculo ilustre no território italiano [...].

Ensaios em latim eram muito populares na Idade Média, mas Dante faz algumas inovações em seu

Essa perspectiva é interessante para pensar o papel do texto literário como consolidador da língua enquanto vernáculo de um país. E, ainda, pensar as relações entre linguística e literatura, sendo esses conceitos indissociáveis, de modo que um texto literário não carrega em si apenas seu enredo e sua forma literária, mas traz também consigo todo um registro da língua em que foi escrito e da forma como essa língua se propagava na época em que a obra foi publicada – constituindo documento histórico irrevogável de uma língua. Não é possível pensar a literatura sem passar pelos estudos da linguagem.

Um exemplo de documento histórico, não apenas de uma língua, como também de um pensamento político-linguístico de uma época, são as diferentes edições de uma mesma obra literária que vão sendo reescritas através do tempo. Essa que vos escreve encontrou, por acaso, em um sebo no Largo do Machado, em 2023, uma edição comentada de *Os Lusíadas*, publicada pela Biblioteca do Exército Editora em 1980. A edição traz uma gama de conteúdos a respeito dos aspectos históricos, literários e linguísticos/filológicos da epopeia de Camões – por exemplo, há uma seção no livro em que são demonstradas algumas variações diacrônicas (não com essas palavras; a edição as chama de “aspectos filológicos”) presentes na obra, como mudanças morfológicas, sintáticas, fonológicas e lexicais que a língua sofreu do Português arcaico do século XVI ao Português moderno do século XX. Por si só, isso já representa quão importantes são os estudos linguísticos para a concepção da literatura.

No entanto, nos ateremos aqui a uma passagem que consta na guisa de prefácio da edição comentada da Biblioteca do Exército Editora, cujo título é “em louvor da língua pátria”:

Um dos primeiros deveres do homem é procurar honrar e aprender, o melhor que lhe for possível, a língua em que fala e escreve, – a sua língua pátria: para nós, a língua portuguesa, que herdamos, e que há quinhentos anos é o veículo admirável, através do qual exprimimos os nossos pensamentos e sentimentos. *Abençoadamente única, Integra, perfeita e bela: no Brasil não há dialetos!* (CAMÕES, 1980, p. 10, grifo nosso)

trabalho: primeiramente, o assunto, que é o vernáculo, era uma escola incomum à época. Em segundo, a forma com que Dante aborda o assunto, isto é, concedendo ao vernáculo a mesma dignidade que era apenas reservada ao latim. Dante escreveu este ensaio a fim de analisar a origem e a filosofia do vernáculo, porque, em sua opinião, a língua não é algo estático, mas algo que evolui e precisa de contextualização histórica. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/De_vulgari_elocuentia.

Dizer que a língua portuguesa é *abençoadamente* única, íntegra, perfeita e bela é dar a ela um caráter quase divino e sagrado, aproximá-la de Deus como uma linguagem primeira originária, como ela se apresentava antes de Babel, no texto bíblico. Mas, para além disso, é querer também aproximá-la de uma origem inexistente, preservá-la como língua do colonizador; homogênea e invariável, a língua pura não se deixa ser penetrada por influências ou variações: ela é perfeita.

Temos aqui, escondido numa pilha empoeirada, num sebo qualquer, em meio a livros de culinária e autoajuda, registro claro do ideal nacionalista que transpõe o patriotismo lusitano do século XVI – presente na própria obra à qual o trecho apresentado faz referência – e se revela, também, na ditadura militar da década de 1980, no Brasil, evidenciando o papel da língua como ferramenta política, através também da literatura. Com olhos mais atentos, é possível enxergar uma mesma linha de raciocínio, estática e conservadora, permeando a história há séculos, e ainda fortemente presente hoje, tanto no Brasil quanto em Portugal e nos demais países lusófonos, numa tentativa de se conservar a língua por um viés não apenas elitista, mas religioso, em detrimento das várias mudanças sofridas pela língua através do tempo.

É quase inocente – por falta de palavra mais adequada – pensar que a língua poderia conservar-se “pura” por tanto tempo. Além disso, é desconsiderar que, historicamente, as línguas continuamente competem entre si por um lugar de prestígio, de modo que o próprio português de Portugal demorou a ser reconhecido como língua de saber e de arte, e neste ensaio destacamos o papel de *Os Lusíadas* nesse processo. A língua que hoje é a materialização do louvor de uma identidade nacional já garantiu ao próprio Luís de Camões críticas contundentes. Podemos tomar por exemplo o que é exposto em PASSERINI, 2019, p. 84:²

Em 1580, [...] Camões foi duramente criticado por intelectuais espanhóis pelo fato de ter escrito *Os Lusíadas* em português: tratava-se de um brilhante poema, embora devesse ser escrito “em língua clara”, pois a usada era “‘áspera’, ‘ignorada’”, entre outros adjetivos que se lhe aplicavam (HUE, 2007, p.9).

² O ensaio de PASSERINI, 2019 tem como referência o livro organizado por Sheila Moura Hue, intitulado *Diálogos em Defesa e em Louvor da Língua Portuguesa* (2007), que constitui obra importantíssima para compreender as mudanças sofridas pela Língua Portuguesa, por razões políticas e sociais, no período renascentista em Portugal. Para isso, a autora aborda duas obras do século XVI: *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*, de João de Barros, e *Diálogo em Defesa da Língua Portuguesa*, de Pero de Magalhães de Gândavo (ambos poetas e retóricos portugueses buscando a constituição de sua língua vernácula como língua de cultura).

Ora, como pode essa língua “áspera” e “não clara” ser a mesma que é exaltada como “íntegra, perfeita e bela” séculos depois? Ainda na guisa de prefácio da referida edição, somos apresentados a mais adjetivos nacionalistas que colocam a língua portuguesa num pedestal sagrado e, principalmente, evidenciam o lugar da língua na constituição da identidade político-social de uma nação:

Há dois anos, foi atribuída ao Presidente da República da Líbia uma declaração, que deve ser posta sob suspeita, segundo a qual no continente africano se devia extinguir a língua que marcava, ali, o último resquício da colonização lusitana... Mas isso é impossível a Angola, Guiné, São Tomé, Moçambique e Cabo Verde, – simplesmente porque *uma língua é, antes de tudo, um espírito nacional, imponderável, permanente, inarredável*; e é insusceptível de ablação! A língua é uma forma do ar que se respira; da luz, com que se enxerga; do som que se ouve. A língua é um sinal da presença de Deus, entre nós! (CAMÕES, 1980, p. 10-11, grifo nosso)

Essa relação colonizador-colonizado, permeada pela língua como constituição identitária, é evidenciada em *Le monolinguisme de l'Autre ou la prothèse d'origine*¹, ou *O monolinguismo do Outro ou a prótese de origem* (2016 [1996]), de Jacques Derrida, judeu nascido na Argélia. O filósofo da linguagem escreve um texto quase autobiográfico, em que expressa o seu sentimento de não pertencimento em relação à língua francesa. Diz ele que “nunca eu pude [Derrida] chamar ao francês, esta língua que te falo, ‘a minha *língua materna*’. Estas palavras não me vêm à língua, não me saem da boca. *Aux autres, ‘ma langue maternelle’*”³ (DERRIDA, 2016, p. 64, grifos nossos), e, dessa forma, apresenta a privação de uma língua-mãe como a conhecemos:

Entre o modelo dito escolar, gramatical ou literário, por um lado, e a língua falada, por outro, havia o *mar*, um espaço simbolicamente infinito, um precipício para todos os alunos da escola francesa na Argélia, um abismo (DERRIDA, 2016, p. 75, grifos no original).

Afinal, a que podemos chamar *língua materna*? Que língua é essa que nasce a um *mar* de distância e atravessa oceanos e séculos para que possamos enfim chamá-la de mãe?

Até mesmo a ideia de “pureza” é fortemente renegada na obra derridiana – especialmente no momento do texto em que o autor relata sua relação conflituosa com o sotaque argelino, assumindo sua “inconfessável mas intratável intolerância” ao francês *não-puro* e à própria prosódia de sua terra natal. Podemos, então, traçar um paralelo entre sua filosofia e a citada edição do texto de Camões, como segue:

O primeiro movimento do que se chama a “desconstrução” leva-a para esta “crítica” do fantasma ou do axioma da pureza, ou para a decomposição

³ “Dos outros, ‘a minha língua materna’”.

analítica de uma purificação que reconduziria à simplicidade indecomponível da origem (DERRIDA, 2016, p. 78).

Entre a França e a Argélia, assim como Portugal e Brasil, enfim encontramos semelhanças capazes de fazerem uma estudante brasileira sentir-se como o importante franco-magrebino Derrida, que, em uma sala de aula, em seu país natal, chegou a renegar o próprio sotaque argelino. Esse não-lugar é o que põe em questionamento o sentimento de posse colocado sobre a língua: será que a língua é, de fato, um espírito nacional, imponderável, permanente e inarredável, ou ela é, como o rio de Heráclito, um fluxo perpétuo e dinâmico?

Sendo uma coisa ou outra, ou nenhuma delas, Derrida sugere veementemente a “impossível possessão de uma língua”:⁴

Eu não tenho senão uma língua, e ela não é minha. [...] É a monolíngua *do* outro. O *de* não significa tanto a propriedade quanto a proveniência: a língua é do outro, vem do outro, [é] a vinda do outro (DERRIDA, 2016, pp. 23, 120, grifos no original).

Essa ideia desafia diretamente as noções tradicionais de identidade linguística e nacionalismo – presentes, inclusive, no texto camoniano, através da exaltação do povo lusitano apresentada n’*Os Lusíadas*, bem como nos citados trechos da edição comentada abordada neste trabalho –, especialmente no contexto pós-colonial. A imposição do Português como língua oficial e unificadora, no Brasil, serviu para consolidar um ideal de identidade nacional, muitas vezes em detrimento das línguas indígenas e africanas, que foram marginalizadas ou suprimidas. No entanto, essa tentativa de fixar a língua como uma entidade monolítica e pura ignora o seu caráter dinâmico e híbrido, especialmente o português brasileiro, que é objeto deste trabalho, e se misturou e se transformou ao longo dos séculos, incorporando influências justamente dessas línguas indígenas e africanas, além de muitas outras, se tornando uma língua outra que não o português europeu.

Ao assumir esse *monolinguismo do outro*, Derrida desprende-se completamente da língua como propriedade e convida o leitor, de maneira comovente e um tanto autobiográfica, a fazer o mesmo. É como se fôssemos mergulhados no íntimo do autor e tivéssemos acesso aos profundos sentimentos que a associação das línguas a um fantasma maternal é capaz de causar (isso, combinado ao efeito das colonizações diversas ao redor do mundo e do tempo). É a

⁴ Na edição publicada pela editora Chão da Feira, em 2016, tradução de Fernanda Bernardo: “a impossível propriedade de uma língua” (DERRIDA, 2016, p. 114).

alteridade da língua enquanto *pátria amada* em conflito com a identidade de alguém que simplesmente não consegue chamar a língua de *sua*. E nós, eu e quem me lê, será que nós conseguimos?

É importante, finalmente, ressaltar que Derrida não propõe a desconstrução desse eurocentrismo de maneira a negar completamente a herança europeia na língua e cultura (e aqui estamos falando da Argélia em relação à França, do Brasil em relação a Portugal, e de um país em relação ao seu colonizador). Ao contrário, ele sugere “uma nova maneira de conceber a cultura autóctone, o mundo e a relação entre as diversas culturas” (ALVIM, 2000, p. 145). E, assim, talvez uma forma de desconstruir esses padrões eurocêntricos em relação à língua seja justamente encontrar, por acaso, essa edição de um clássico no Largo do Machado, e se propor a questioná-la e decifrá-la, concebendo-a, também, como registro histórico do pensamento de uma época – pensando: que língua outra é essa que me impuseram como *materna*?

Referências bibliográficas:

ALVIM, L. B. A. M. Derrida: uma reflexão sobre a herança europeia e a desconstrução do eurocentrismo. In: NASCIMENTO, Evando; GLENADEL, Paula (Org.). **Em torno de Jacques Derrida**. 1ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 141-146.

CAMÕES, Luís de. **Os lusíadas**: edição comentada. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980 [1572].

DERRIDA, Jacques. **O monolinguismo do outro ou a prótese de origem**. Tradução de Fernanda Bernardo. Belo Horizonte: Chão da Feira, 2016 [1996].

PASSERINI, Thiago Zilio. Em defesa e louvor da língua portuguesa: uma análise historiográfica do diálogo de Pero Magalhães de Gândavo. **Verbum - Cadernos de Pós Graduação**, v. 8, 2019, p. 74-91.

WIKIPÉDIA. **De vulgari eloquentia**. 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/De_vulgari_elloquentia. Acesso em: 10 out. 2024.